

## Plenário encerra amanhã discussão da Previdência

Termina também nesta terça-feira prazo para emendas, que serão examinadas a partir de quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado



Waldemar Rodrigues

Com o fim da discussão em primeiro turno no Plenário, amanhã, as emendas apresentadas pelos senadores serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente da CCJ, Edison Lobão, já marcou reunião para quarta-feira, quando o relator da reforma da Previdência, Tião Viana, deverá ler parecer sobre as mudanças sugeridas. Na mesma reunião, os partidos de oposição podem pedir vistas da reforma.

### Suspensão de aposentadorias causa protestos

Páginas 3 a 5

**DECISÃO** Lobão (E) marcou reunião da CCJ para quarta-feira, quando Tião Viana dará parecer sobre as emendas



### Cidadania mostra como evitar a dengue

O Especial Cidadania traz informações sobre as formas de prevenir a dengue. E mostra como a doença pode ser contraída.

Página 8

### CPI DO BANESTADO



Antero (D), ao lado de Heráclito Fortes, afirma que operação de busca e apreensão foi bem-sucedida

### Apreendidos documentos em empresa paulista

Página 2

Célio Azavedo

## Romeu Tuma elogia Grupo Votorantim

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a visita que fez à unidade da empresa Votorantim Celulose e Papel, em Jacareí (SP), na qual viu "uma vocação empresarial

moderna, que alia o interesse econômico à responsabilidade social, a busca da produtividade com a consciência de preservação ambiental".

**Tuma destacou ações da empresa na área ambiental**

Tuma classificou o Grupo Votorantim como um exemplo para grandes conglomerados nacionais e estrangeiros e disse que, ao cumprimentá-lo, estendia a saudação a todo o empresário brasileiro "que busca o crescimento e o progresso sem descuidar dos interesses da coletividade".

De acordo com Tuma, só na área da proteção ambiental, a Votorantim aplicou R\$ 183 milhões no ano passado, dos quais apenas 25% corresponderam a ações obrigatórias. O senador também informou que a empresa realiza ações que estimulam a iniciação profissional de jovens carentes, oferecendo-lhes oportunidade de vivência na organização.

O parlamentar registrou ainda que, na ampliação da unidade de Jacareí, a Votorantim deu atenção especial à comunidade instalada nas proximidades da fábrica, construindo duas escolas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio e técnico, a fim de atender os jovens ali residentes.

# Agenda

## Um dia para debate de idéias em Plenário

A sessão de hoje, a partir de 14h30, é não deliberativa, ou seja, não haverá votação de matérias. Ela é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. Amanhã, o Plenário realiza a

quinta sessão de discussão da proposta de reforma previdenciária (PEC nº 67/03), além de outros itens. A sessão pode ser acompanhada ao vivo pela TV e pela Rádio Senado.

## CAE discute emendas orçamentárias

Amanhã, às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para discutir e votar as emendas que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO), a fim de finalizar a proposta orçamentária da União para o próximo ano. Além disso, a CAE vota, entre outros, projeto de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que altera a legislação tributária federal, estabelecendo a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física.



## Orçamento define relatores setoriais

Amanhã, a partir das 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião com as lideranças partidárias para definir a indicação dos

relatores setoriais do projeto orçamentário do próximo ano. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



## Mantega fala na Comissão de Infra-Estrutura

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) realiza amanhã, às 10h, audiência pública com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que fala aos parlamentares sobre os investimentos públicos e privados em projetos prioritários de infra-estrutura entre os anos de 2004 a 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual (PPA).

## Ministro é entrevistado sobre CLT

Hoje, às 19h30, no programa *Cidadania*, da TV Senado, a geógrafa Marília Luiza Peluso e o professor Rubens Câmara falam sobre o desenvolvimento no século XX. Às 20h30, será exibido o programa *Entrevista*, que discute as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto.



## Fiscalização e Controle

Na quarta-feira, a partir das 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) analisa e vota emendas dos senadores ao Orçamento de 2004 e ao Plano Plurianual 2004-2007. A comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), é formada por 17 senadores e nove suplentes. A sua função é fiscalizar os atos do governo federal.

## Violência doméstica

Amanhã, às 9h, será realizado seminário para discutir violência doméstica. O evento é uma iniciativa da bancada feminina do Congresso. Entre os convidados estão o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, e a secretária de Políticas para as Mulheres, Emília Fernandes. Os debates serão no Plenário 14 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## CPI realiza operação de busca em SP

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão de divisas por meio de contas CC-5, revelou na sexta-feira o sucesso de operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal na sede da empresa Pai Capital Corporation, na Avenida Paulista, em São Paulo (SP). Foram apreendidos documentos e computadores da empresa, suspeita de remessa ilegal de dólares para o exterior. Segundo Antero, estima-se que a empresa tenha enviado US\$ 200 milhões para as Ilhas Virgens entre 1996 e 2002.

Pela manhã, a CPI aprovou a realização da operação na sede da empresa. Agentes da Polícia Federal, chefiados pelo delegado Luis Fernando Ayres, foram a São Paulo e, assim que receberam o fax com a decisão da comissão, invadiram a sede da organização.

De acordo com os integrantes da CPI, a Pai Capital é uma empresa *off-shore* com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. Ela remetia dólares para o exterior através de outra empresa, a Beacon Hill, considerada a *holding* dos doleiros sul-americanos, pelas agências do Banestado em Foz do Iguaçu (PR) e Nova York (EUA). O dinheiro era depositado na conta da Beacon Hill em Foz do Iguaçu e transferido para a agência de Nova York, que então fazia remessas para a conta da Pai Capital nas Ilhas Virgens. A empresa aparece nas bases de dados do Banco Central e do Banestado como remetente de dólares ao exterior, através de subconta da Beacon Hill.

### Evidências

Em agosto, quando viajou aos Estados Unidos, a CPI do Banestado recebeu do procurador de Nova York dezenas de caixas com a movimentação financeira da Beacon Hill. Entre os papéis, estava a ficha de abertura da subconta da Pai Capital, com seu endereço em São Paulo e os nomes de seus controladores, David Kattan, Toufic Kattan e Rahmo Kattan.

Os documentos apreendidos serão analisados, em Brasília (DF), pelos assessores da CPI. O principal diretor da empresa, David Kattan, será convocado a depor e poderá ter quebrados os seus sigilos bancário, telefônico e fiscal.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

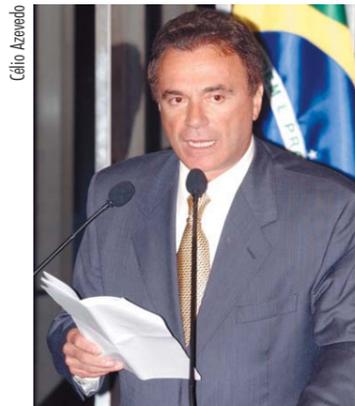
### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## REFORMAS Proposta para a Previdência chega à quinta sessão de discussão e retorna à CCJ na quarta-feira. Mudanças na Cofins, introduzidas pelo Executivo, serão examinadas em comissão formada por deputados e senadores



**POLÊMICA** Para Mercadante, mudança de alíquota beneficia indústria, mas Alvaro Dias argumenta que pequena empresa será prejudicada

### Comissão inicia exame da Cofins na quarta-feira

A medida provisória que altera as regras da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) começará a ser examinada na quarta-feira por uma comissão mista (formada por senadores e deputados). A matéria (MP nº 135/03) estabeleceu a cobrança da Cofins com base no valor adicionado, em lugar do faturamento, mas elevou a alíquota de 3% para 7,6%, o que gerou protestos da oposição.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defende a mudança com o argumento de que serão beneficiados o setor exportador de um modo geral e a indústria de um modo particular. É que as empresas passariam a pagar a contribuição apenas sobre a etapa da produção de que participam (ou seja, sobre o valor que adicionam ao produto), o que compensa a elevação da alíquota e beneficia especialmente as chamadas cadeias longas de produção.

Senadores como Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Alvaro Dias (PSDB-PR) argumentam que as pequenas empresas de prestação de serviços e os profissionais liberais vão ser extrema-

mente prejudicados porque trabalham dentro de cadeias curtas e tiveram aumento da alíquota. Na sessão plenária da última quinta-feira, Mercadante admitiu a possibilidade de negociar mudanças na MP durante o exame da medida pela comissão mista.

#### Tributária

Embora tenha sido estabelecida por meio de MP, a alteração das regras da Cofins está sendo vista pela oposição como um assunto diretamente ligado à reforma tributária, que em breve chegará ao Plenário do Senado para exame e será objeto de emendas. Mercadante também se mostrou disposto a negociar mudanças na proposta da reforma tributária (PEC nº 74/03).

Aprovado na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a PEC será lido no Plenário e ficará em discussão por cinco sessões, prazo durante o qual poderão ser apresentadas emendas. Estas serão examinadas pela CCJ, que votará novo parecer, que retorna ao Plenário para dois turnos de votação.

concentração de renda.

– A reforma deveria ser antecedida de uma atualização do Estado, na qual se redefiniriam, de modo preciso, as funções da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, criando-se condições para a correta avaliação do volume dos gastos de cada nível de governo. A reforma deveria, também, efetivar uma repartição mais racional dos

■ Plenário conclui discussões em primeiro turno e matéria volta para a Comissão de Justiça

A última oportunidade para que os senadores apresentem emendas à reforma da Previdência será amanhã, dia em que também será feita a última discussão da matéria em Plenário, em primeiro turno. Depois, a reforma voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para votação das emendas de Plenário. A seguir, ela estará pronta para enfrentar sua primeira votação de Plenário – são necessárias duas para sua aprovação, sempre com um mínimo de 49 votos dos 81 senadores.

A CCJ já marcou reunião para quarta-feira, às 9h30, quando o relator da reforma previdenciária, senador Tião Viana (PT-AC), deverá ler seu parecer sobre as emendas de Plenário. Na mesma reunião, os partidos de



**RELATÓRIO** Tião Viana apresenta seu parecer aos integrantes da CCJ na quarta-feira

oposição pretendem pedir vista da matéria e o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá conceder prazo de duas horas a até alguns dias. O passo seguinte será a votação, na CCJ, das emendas de Plenário.

Se depender dos partidos de oposição (PFL e PSDB), não será uma reunião tranqüila, porque seus senadores pretendem obstruir os trabalhos, em

protesto pelo não atendimento de algumas de suas sugestões. A obstrução busca levar governistas à mesa de negociações.

– O governo sabe bem o que o PFL quer. Já adverti aos senadores petistas que não nos venham com PEC paralela na reforma da Previdência. Queremos inclusão dos destaques do partido no texto da reforma, senão será dente por dente, olho por olho – afirmou o líder do PFL, senador José Agripino (RN). PEC paralela é uma emenda constitucional que os governistas apresentaram, onde estão as poucas mudanças que o governo aceitou na reforma até agora.

Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o governo já cedeu o que podia e, em último caso, sem acordo, governistas e opositores irão para o voto no Plenário. No entanto, ponderou Mercadante, a negociação “é sempre o melhor caminho”. O senador Paulo Paim (PT-RS) tem lutado para que haja negociação em torno da reforma.

### Tebet cobra tratamento justo para servidores

Apesar de reconhecer que a reforma previdenciária é necessária para que a Previdência Social resolva o seu problema de caixa, garantindo o pagamento de benefícios, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo, na sexta-feira, uma atitude no sentido de que a alteração constitucional não venha prejudicar ainda mais os servidores públicos.

– Não podemos aceitar uma reforma previdenciária que viole os direitos adquiridos, pre-

judique os aposentados, através da taxação de 11%, e não faça uma regra de transição para os servidores públicos que estão na iminência de se aposentar – afirmou Tebet, ao salientar que não se pode aceitar qualquer alteração sem o sentimento de justiça.

Para ele, servidores que “já estão no meio do caminho” não podem ser tratados da mesma forma que os que estão entrando no serviço público. Por isso, defendeu o estabele-

cimento de regras de transição. Do contrário, observou, o governo estaria cometendo “uma grande injustiça”.

Tebet condenou também a forma “fria” com que o governo vem conduzindo a reforma, razão pela qual acha que o Senado tem que encontrar saídas para evitar que servidores e inativos sejam prejudicados, com a cobrança, por exemplo, de um redutor de 35% para quem desejar se aposentar antes de completar 60 anos de idade.

### Reforma tributária será mero ajuste nas contas, diz Augusto

Ao opinar que a reforma tributária não passa de um mero ajuste nas contas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) comentou que a reforma tributária – tanto a encaminhada pelo governo, como o texto aprovado pela Câmara dos Deputados – não corrige o problema estrutural do país, que é a

concentração de renda.

– A reforma deveria ser antecedida de uma atualização do Estado, na qual se redefiniriam, de modo preciso, as funções da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, criando-se condições para a correta avaliação do volume dos gastos de cada nível de governo. A reforma deveria, também, efetivar uma repartição mais racional dos

tributos pagos pelos contribuintes – opinou Augusto Botelho.

O senador disse que, “num verdadeiro atentado” às disposições da Constituição e das leis que definem a execução dos orçamentos públicos, a União, principalmente nos últimos 20 anos, vem promovendo a concentração das receitas, seja de impostos, seja de contribuições sociais, deixando os estados, o DF e os

municípios sem condições para a prestação dos serviços públicos devidos aos cidadãos.

Botelho comentou que essa distorção do sistema tributário está criando um quadro que tende a aprofundar a crise do pacto federativo, já que, em certas situações, os estados estão seguindo o exemplo da União e começam a reter o que deveriam transferir aos municípios.



Rosevelt Pinheiro

**PREVIDÊNCIA** Senadores condenam a decisão do Ministério da Previdência de somente pagar o benefício a aposentados com mais de 90 anos após recadastramento. Foi sugerida demissão do ministro Berzoini

# Suspensão de aposentadorias causa protestos

A decisão do Ministério da Previdência Social de suspender o pagamento dos aposentados com mais de 90 anos, obrigando-os a se recadastrar para receber o benefício, causou protesto entre os senadores. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e José Jorge (PFL-PE) chegaram a defender a demissão do ministro Ricardo Berzoini.

– Por respeito aos velhinhos, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva deveria trazer o ministro de volta à Câmara dos Deputados – disse José Jorge. Diante da repercussão negativa, Berzoini, que é deputado federal licenciado, revogou a medida. O presidente Lula foi cobrado pelos senadores não apenas para que demita o ministro, mas para que peça desculpas aos idosos de todo o país.

– O que o ministro Ricardo Berzoini fez prejudicou em muito a imagem de Lula. Determinações como essa não podem ser colocadas em prática sem a anuência do presidente da República. Tenho a certeza de que ele, antes de adotar a medida, não ouviu o presidente e, por isso, não pode continuar como ministro – afirmou Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

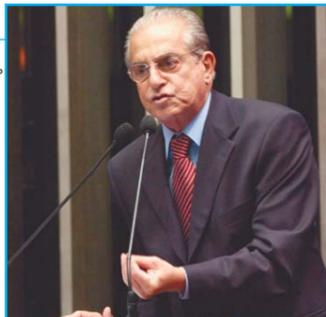
**RAMEZ TEBET**

## Berzoini cometeu uma injustiça gritante

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) classificou “de erro administrativo, adicionado a uma gritante injustiça”, a decisão do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, de suspender o pagamento de aposentadorias a pessoas com mais de 90 anos de idade.

– Os brasileiros que assistiram aos noticiários ficaram indignados ao verem os nossos velhinhos, com dificuldade de andar e muitos em cadeiras de rodas, enfrentando enormes filas nos postos do INSS, para assinar termo dizendo que estavam vivos – protestou Tebet.

Para o senador, o governo



Waldemir Rodrigues

poderia ter evitado a confusão, caso tivesse determinado o envio de servidores do INSS às residências dos aposentados com mais de 90 anos. Segundo ele, esse seria o caminho lógico e adequado para preservar a integridade física e até moral dos idosos.

O episódio, disse, mostrou que medidas como essa provam que o governo, com a reforma da Previdência, deseja resolver o problema de caixa. Se Lula estivesse no país, afirmou, condenaria a medida.

**ANTONIO CARLOS**

## Lula deve explicações à sociedade

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) aconselhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tão logo retorne da viagem à África, a explicar à sociedade “a barbaridade” cometida contra os aposentados com mais de 90 anos, que tiveram os benefícios suspensos e foram obrigados a comparecer aos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para recadastramento. Se isso não for feito, observou, “o presidente Lula também passará a ser um dos culpados pelo ocorrido”.

– O que o ministro Ricardo Berzoini fez prejudicou em muito a imagem de Lula. Determinações como essa não podem ser colocadas em prática sem a anuência do presidente da República. Tenho a certeza de que ele, antes de adotar a medida, não ouviu o presidente e, por isso, não pode continuar como ministro – disse Antonio Carlos.

Para o senador, um governo que possui nada menos do que 36 ministros está sujeito a situações como essa.



Célio Azevedo

## Medida é exemplo da má ação do Estado

A decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de bloquear o pagamento de aposentadorias e pensões dos segurados com mais de 90 anos foi apontada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) como “exemplo da má ação do Estado em detrimento dos que cons-

**PAULO OCTÁVIO**

truíram famílias e chegaram aos 90 anos com dignidade”.

Conforme o senador, o homem e a mulher que chegam a essa idade devem ser prestigiados. Não é à toa, disse Paulo Octávio, que o Senado, por unanimidade, aprovou recentemente o Estatuto do Idoso.

– Num país civilizado, os funcionários do governo deveriam bater à porta das casas dessas pessoas, procurar saber do que precisam do Estado, dar-lhes atenção e carinho, e não colocá-las em uma fila para mostrar que estão vivas. O que aconteceu ontem [quinta-feira] é degradante – ressaltou o senador Paulo Octávio.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que os maiores de 90 anos “não merecem viver o dia que viveram ontem”.

**JOSÉ AGRIPINO**

## Presidente tem obrigação de pedir desculpas

Ao falar pela liderança de seu partido, o senador José Agripino (PFL-RN) aconselhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a apresentar pedido de desculpas aos idosos do país pela determinação de recadastramento obrigatório junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos maiores de 90 anos.

Segundo Agripino, o pedido deveria ter sido feito pelo ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, autor da exigência. Como o ministro se negou a isso, alegando, em um programa de televisão, que as



Waldemir Rodrigues

dificuldades dos idosos para o recadastramento eram problemas localizados, disse Agripino, a incumbência de pedir desculpas em nome do governo federal a todos os idosos do Brasil deveria ser cumprida pelo presidente Lula.

– Isto se o presidente não quiser que caiam seus índices de avaliação ou que as pessoas achem que ele é daqueles que pensam: façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço – assinalou Agripino.

**LÚCIA VÂNIA**

levaram a obrigar os aposentados com mais de 90 anos a comparecer aos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para recadastramento. O fato, aliado à decisão de Berzoini de suspender o pagamento das aposentadorias, infringiu o artigo 96 do Estatuto do Idoso, observou.

– O ministro da Previdência Social deu mau exemplo e rasgou o Estatuto do Idoso em plena praça pública. Ele tinha a obrigação de resguardar um instrumento legal que visa proteger os nossos idosos – afirmou a senadora.

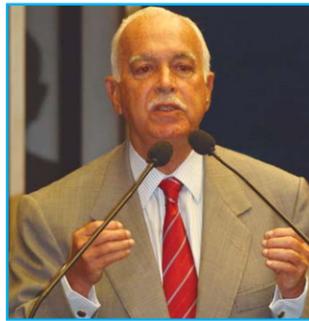
Para Lúcia Vânia, o Senado não pode ficar apenas nos discursos e na perplexidade diante dos fatos “que comoveram todo o país”. É preciso partir para ações concretas, ressaltou.



Célio Azevedo

## Estatuto do Idoso foi violado

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou que vai apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), órgão que preside, convidando o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para explicar as razões que o



Célio Azevedo

# PREVIDÊNCIA

Pedidos de mudanças na proposta de emenda constitucional que reforma o sistema previdenciário e críticas à fórmula de recadastramento de aposentados marcam pronunciamentos de senadores

## JOSÉ JORGE

### José Jorge pede a demissão de Berzoini

José Jorge (PFL-PE) disse que o presidente Lula, “por respeito aos velhinhos”, deveria, ao retornar da África, “trazer de volta para a Câmara dos Deputados o ministro Berzoini”.

– O ministro Berzoini pode ter sido um bom parlamentar, mas não está sendo um bom ministro. Tanto na condução da reforma da Previdência como nesse fato e outros que aconteceram tem revelado uma grande insensibilidade e também muito autoritarismo.

Para José Jorge, quem teria que mostrar a documentação provando a morte de algum beneficiário e não pagar a pen-



Célio Azevedo

são nesse caso seria o próprio INSS. Além disso, destacou, há um mês o Senado aprovou com festa o Estatuto do Idoso. Essa lei, lembrou, prevê punição para quem desdenhar, humilhar, menosprezar e discriminar os mais velhos.

Heráclito Fortes (PFL-PI), em aparte, afirmou que os idosos terem sido perseguidos de maneira impiedosa foi um crime. “Já a representante do FMI foi recebida, reverenciada e aplaudida na mesma semana por esse mesmo governo”.

## ARTHUR VIRGÍLIO

### “Ministro Dóris”, insensível e tecnocrata

Arthur Virgílio (PSDB-AM) citou diversas reportagens publicadas sobre o assunto na imprensa, especialmente nota da coluna de Anselmo Góis, publicada no jornal *O Globo*, em que o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, é apelidado de “ministro Dóris, mau igual à moça da novela *Mulheres Apaixonadas*”. A personagem, vivida pela atriz Regiane Alves, era famosa por maltratar os próprios avós.

Virgílio assegurou que, se ele próprio fosse presidente da República, “já teríamos hoje um ministro da Previdência interino aguardando segunda-feira a posse de um novo titular”. Ele classificou Berzoini como “insensível, tecnocrata, que, sem arrependimento, nem sequer apresentou pedido de perdão”.

O senador disse sentir muita mágoa e dor por ver que até os dirigentes do país não sabem respeitar os que ultrapassaram todas as dificuldades e chegaram aos 90 anos. Heráclito Fortes e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) concordaram com Virgílio.



Célio Azevedo



Germão Magalhães

### Metodologia do Senado é exemplo

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou a forma desrespeitosa como o Ministério da Previdência Social tratou os aposentados com mais de 90 anos.

O senador condenou a entrevista dada pelo ministro no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, na manhã de sexta-feira, em que afirmou que

## HERÁCLITO FORTES

somente suspendeu o procedimento para atender aos apelos de parlamentares governistas.

Heráclito registrou que o Senado vem demonstrando respeito aos idosos como, por exemplo, no voto de aplauso aprovado pelo transcurso dos 100 anos de nascimento do compositor mineiro Ary Barroso, na sexta-feira. O senador também convidou Berzoini a conhecer a metodologia de recadastramento dos aposentados e pensionistas da Casa, que anualmente recebem a ficha cadastral em suas residências no mês de seu aniversário.

Heráclito pediu ainda a transcrição de editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de sexta-feira sobre o assunto. Arthur Virgílio, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) se somaram à homenagem aos idosos.

## MÃO SANTA

### Como recuar no caso de leis más e erradas?

Mão Santa (PMDB-PI) leu a parte da letra da música *Luiz Inácio (300 picaretas)*, do grupo Paralamas do Sucesso, que diz “Luiz Inácio falou, Luiz Inácio avisou, são 300 picaretas com anel de doutor”, e afirmou que o Congresso vai responder que é altivo, que sua missão é a de fazer leis boas e justas, referindo-se à proposta de reforma da Previdência Social, em debate no Senado.

O senador acrescentou, referindo-se ao fato de o governo ter voltado na decisão de bloquear o pagamento de pensões e aposentadorias dos maiores de 90 anos, que recuar de uma



Waldemir Rodrigues

medida administrativa é fácil. – Mas como voltar atrás no caso de leis más e erradas? Essa é a nossa responsabilidade. E nós vamos errar nessas leis, fazendo-as más e injustas?

Para o senador, o momento é de reflexão, de busca de leis boas e justas. Mão Santa referiu-se ao risco de desmonte do serviço público, com a reforma da Previdência.

Arthur Virgílio, Heráclito Fortes e Antero Paes de Barros apoiaram o pronunciamento de Mão Santa.

## ANTERO BARROS

no promulga o Estatuto do Idoso, ameaça quem não votar contra os aposentados e pensionistas do Brasil.

– Pode ter sido uma sugestão de um burocrata, mas não há como não responsabilizar o ministro Berzoini.

Antero considera que a medida do governo representa uma inversão do ônus da prova, obrigando pessoas com mais de 90 anos a provar que são honestos. “O ministério é que tem que se aparelhar para fiscalizar, coibir e combater a fraude. Queremos o combate à fraude, à corrupção, mas respeitando os velhinhos”.

Eurípedes Camargo (PT-DF) disse que houve equívoco, mas ressaltou o valor de Berzoini, “um membro do parlamento muito capaz e que conhece bem a pasta que está dirigindo”.



Waldemir Rodrigues

### Combate à fraude deve respeitar idosos

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) lamentou o “enorme desrespeito aos idosos” que a medida representou. “Querem cobrar 11% de contribuição dos aposentados, mas desses querem tomar tudo”, afirmou. Antero chamou atenção para a contradição de que ao mesmo tempo em que o gover-

### Alberto Silva quer esforço conjunto por solução justa

Alberto Silva (PMDB-PI) pediu ao governo que encontre, com a ajuda do Senado Federal, soluções para pontos da reforma da Previdência que, na sua opinião, não fazem justiça ao povo brasileiro. Ele disse que há necessidade de que se adote uma regra de transição para as aposentadorias do setor público, para a taxação dos inati-

vos e para o subteto das aposentadorias nos estados.

– Apelo para que se encontre uma fórmula para não se penalizar os aposentados. Com lógica e bom senso, não há problema sem solução. Devemos encontrar essa solução, sobretudo nós, do PMDB, que formamos a base do partido no Senado, que não exigimos car-

gos, ministérios. Estamos aqui para ajudar o país e o presidente – disse Alberto Silva.

O senador observou que é evidente que o governo precisa resolver o problema de caixa da Previdência e, para atingir esse objetivo, a inteligência nacional deve encontrar um meio para não ser injusta com os aposentados.



Waldemir Rodrigues

# Garibaldi critica proposta sobre criação de municípios

■ Aprovação da emenda seria retrocesso histórico, político e jurídico, conforme o senador

A proposta de emenda à Constituição (PEC nº 13/03), de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi criticada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que manifestou preocupação com o risco de haver aumento indevido do número de municípios. A emenda, disse, devolve aos estados a prerrogativa de decidir sobre a criação, fusão e desmembramento de novos municípios.

– Isso seria um retrocesso histórico, político e jurídico – avaliou o senador, para quem a criação de novos municípios, sem a respectiva contrapartida financeira, pode provocar pre-



Fotos: Woldemir Rodrigues

**CUIDADO** É preciso impedir que os moradores sejam prejudicados, diz Garibaldi

juízos às populações atingidas.

O texto da Constituição, modificado por emenda com a qual o senador afirmou concordar, passou a exigir lei federal para estabelecimento de regras gerais para os Estudos de Viabilidade Municipal, com base em consulta à população da área a ser desmembrada e também daquela que pode ter

seu território e renda reduzidos. Isso, ressaltou, sem retirar a autonomia dos estados de dispor sobre a criação de novos municípios por meio de lei estadual.

Para Garibaldi, essa definição era necessária, pois o ente federado “deve ter sempre alguma ingerência no estabelecimento de regras relacionadas à criação de municípios”. Ele disse que são vários os casos de municípios criados indiscriminadamente por governadores, após a Constituição de 1988, que não foram bem-sucedidos.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) elogiou o discurso. José Agripino (PFL-RN) observou que os municípios acabam sendo “os entes mais sacrificados e mais solicitados na implementação de programas federais”. Mão Santa (PMDB-PI) discordou da idéia de que a criação de novos municípios seja sempre problemática.

## Raupp quer qualificação de mão-de-obra

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou autoridades e lideranças classistas de Rondônia para a necessidade de qualificação adequada da mão-de-obra do estado. A medida, disse, poderá atender à demanda que surgirá com a realização de projetos de grande porte destinados a ampliar o parque energético e criar via de transporte para o escoamento da produção agrícola da região.

– Urge que as autoridades rondonienses estejam muito atentas para a necessidade de investir na formação de mão-

de-obra, de modo que os trabalhadores locais não sejam preferidos na seleção para os postos de trabalho que serão criados – enfatizou.

Raupp citou o projeto Rio Madeira, o gasoduto Urucu-Porto Velho, as linhas de transmissão de energia elétrica entre Jauru e Vilhena e entre Vilhena e Ji-Paraná, os projetos da usina hidrelétrica Rondon II e das pequenas centrais hidrelétricas de Primavera e Apertadinho, entre outros. Só o projeto Rio Madeira, lembrou, deve gerar 30 mil empregos.



**FORMAÇÃO** Segundo Raupp, investimentos em Rondônia exigirão trabalhador preparado

## Antero aponta atropelo no acordo com o FMI

A forma como foi negociado e anunciado o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) levou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a criticar o processo decisório no governo. Em sua opinião, não está claro quem está credenciado a fazer esse tipo de anúncio, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ou o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O fato de os detalhes do acordo terem sido anunciados enquanto o presidente estava na África demonstra, disse, o atropelo como o processo foi conduzido.

– É evidente que Lula não sabia do acordo, ao afirmar que os montantes e as condições só seriam definidos em sua volta a Brasília e que o acordo só sairia em dezembro.

Antero citou artigo em que a jornalista Eliane Catanhede, do jornal *Folha de S. Paulo*, afirma que o país não sabe quem manda no governo. “O presidente ou o *politburo*, composto pelo trio Palocci/Dirceu/Gushiken?”, questiona a jornalista, em referência também ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Luís Gushiken.

Conforme o artigo, Lula mandou recado a sua equipe ao dizer que o acordo não seria fechado durante sua ausência. Porém, continua a jornalista, à noite tudo foi anunciado com detalhes. “É acordo ou não é? Quem deu a palavra final, Lula ou Palocci?”, perguntou Antero.

**BNDES**

Antero também leu carta do assessor de imprensa do Banco Nacional de Desenvolvi-



**DESCONHECIMENTO** Antero afirmou que Lula não sabia o que foi acertado com o Fundo

mento Econômico e Social (BNDES), Carlos Milton, que contesta informações de discurso do senador sobre preenchimento de cargos no banco.

– Não falei de criação de cargos. Questionei se a direção propôs aos funcionários retirar a exclusividade da nomeação de servidores de carreira para cargos de superintendentes e chefes de departamento. Se isso não está acontecendo, me sinto mais confortado – disse.

Na carta, segundo Antero, o assessor informa que cargos de assessoria também são ocupados por funcionários de carreira e que não há investimentos de projetos em países estrangeiros, mas financiamento a exportações a outros países.

**Casaldália**

Antero homenageou sexta-feira o bispo da Diocese de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldália. O senador pediu que o presidente Lula apóie o processo de naturalização do bispo, que nasceu na Catalunha, Espanha. Também sugeriu que seja concedida a Comenda do Congresso Nacional.

## Rede Sarah corre o risco de ser extinta, alerta Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) advertiu que, se o projeto do Orçamento para 2004 não for alterado, a Rede Sarah vai se extinguir, não só por falta de recursos, mas também por sua descaracterização como instituição de ensino, pesquisa e prevenção. Segundo disse, a previsão orçamentária para o próximo ano é inferior em R\$ 32 milhões à deste ano.

Paulo Octávio recordou que o Congresso aprovou, em 1991, lei que criou a Rede Sarah e colocou codificação específica para a operacionalização do contrato de gestão. No Plano Plurianual 2004-2007 e na proposta orçamentária de 2004, alertou, cindiu-se esse código específico, colocando a Rede Sarah como mera prestadora de serviços, e reduzindo em mais de 1 milhão o número de pacientes a serem atendidos.

## Alberto Silva tem projeto para recuperação de rodovias

O Brasil pode recuperar 32 mil quilômetros de rodovias federais, em 36 meses, a um custo de R\$ 1,6 bilhão mensais. A proposta para atingir esse objetivo foi detalhada pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), que apresentou dados sobre os desperdícios causados pelas más condições das estradas. Uma câmara de gestão para recuperação das rodovias, afirmou, seria a melhor forma de conduzir a proposta. Estudos, disse o senador, mostram que em uma estrada esburacada uma carreta consome 39% mais combustível que em uma rodovia em boas condições. Dessa forma, o país desperdiça 4,8 bilhões de litros de óleo diesel por ano, alertou.

## Pernambuco investe em tecnologia, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) relatou, em Plenário, que Pernambuco vem investindo na expansão do setor de serviços, especialmente na área de tecnologia da informação e comunicação. Ele informou que, em 2000, esse setor já representava 3,66% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

– Pernambuco está se reinventando em termos econômicos. Acreditamos que em breve seremos capazes de começar a contar com significativos aportes de receitas decorrentes da exportação de serviços de tecnologia de informação e comunicação, não só para outros estados como para outros países. O crescimento do setor, afirmou, se deveu a uma política estadual de criar condições para fixação de empresas de tecnologia da informação.

Roosevelt Pinheiro



**CONQUISTAS** Ação reduziu desnutrição infantil, informa Maria do Carmo

## Maria do Carmo apóia projeto da multimistura

Ao informar sobre a decisão do Ministério da Saúde de acabar, desde a última quarta-feira, com o Programa de Alimentação Saudável, conhecido como projeto da multimistura, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) classificou a medida como absurda. Ela pediu ao ministro Humberto Costa que reveja sua decisão, por considerar que o programa estava obtendo resultados importantes no combate à desnutrição materno-infantil.

– O programa resgatou os hábitos alimentares saudáveis e trabalhou a partir da concepção da alimentação funcional. Foram 15 anos de luta contra a falta de qualidade nutricional da alimentação e a favor do total aproveitamento do potencial de vitaminas e minerais dos alimentos. A multimistura se propunha a otimizar todas as partes dos vegetais, frutas e grãos, ao mesmo tempo em que estimulava o desenvolvimento de uma cultura alimentícia própria, variável em cada região

– explicou Maria do Carmo.

Na avaliação da senadora, os resultados do programa foram promissores. Ela disse que a mortalidade infantil baixou de forma significativa e a desnutrição passou a ser a exceção, e não a regra, nas comunidades pobres em que a multimistura chegou.

Maria do Carmo citou como exemplo o município alagoano de São José da Tapera, onde a mortalidade infantil caiu de 148 para 60, em cada mil nascidos, por ano.

Célio Azevedo



**POTENCIALIDADES** Para João Ribeiro, investimentos no setor podem impulsionar a economia

## João Ribeiro quer estímulo para a pesca

Num discurso sobre o potencial brasileiro para a expansão da pesca, o senador João Ribeiro (PFL-TO) insistiu em que o governo adote logo medidas para desenvolver esse setor. Ele disse que a atividade no Brasil exige uma visão de longo prazo, mas reclama uma ação de curto prazo. “Espero que o governo entenda isso e aja de acordo com esse entendimento”, afirmou ele, observando que o país não pode esperar.

De acordo com o parlamentar, investimentos na pesca terão repercussão muito positiva sobre a economia, o emprego e a geração de renda para milhares de brasileiros, pois se trata de produzir alimentos.

– Imaginemos o que essa expansão poderia significar, por exemplo, para um programa como o combatido Fome Zero do governo federal.

O senador sugeriu que o governo lance programas específicos para as diferentes regiões do país, levando em consideração suas realidades. Ele citou o semi-árido nordestino e a região amazônica como exemplos de regiões com características próprias. E considerou acertada a decisão governamental de subvencionar o óleo diesel e, com isso, atender o pescador artesanal.

No entender de João Ribeiro, quando o ministro-chefe da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, diz que os problemas da atividade no Brasil só podem ser resolvidos a médio e longo prazo, está percebendo apenas parte da realidade do setor.

O parlamentar censurou a ideia governamental de destinar ao programa que atende os pescadores artesanais menos de 5% do R\$ 1,5 bilhão anunciado para o financiamento do setor.

# Papaléo Paes defende esforço redobrado na prevenção da Aids

■ Senador destaca as ações dos governos e ressalta o papel das campanhas nos resultados obtidos

Observando que a Aids ainda não tem cura definitiva e que é impossível estimar quando haverá uma vacina totalmente eficaz contra ela, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que as melhores armas disponíveis para combatê-la são a informação e a prevenção. Ele reconheceu que o governo brasileiro, nos últimos 20 anos, tem tido um de-

sempenho eficaz no combate à doença.

Médico cardiologista, Papaléo disse que o governo brasileiro desenvolveu formas de combater a Aids por meio de campanhas de prevenção, de tratamento médico ou de distribuição de remédios que se mostraram bastante eficientes.

O senador lembrou que, no início dos anos 90, o Banco Mundial estimava que, no começo do século 21, o Brasil teria 1,2 milhão de pessoas infectadas com o vírus da Aids. E observou que, graças às campanhas realizadas pelo Estado e pela corajosa participação da sociedade, o número de infec-

tados é hoje de 600 mil.

Além disso, explicou Papaléo, 100 mil pacientes recebem gratuitamente o chamado coquetel anti-aids, que é a medicação necessária para evitar que a doença se desenvolva no organismo humano. Ele também ressaltou que a mortalidade das vítimas de Aids no Brasil caiu 50%.

– Não podemos deixar de verificar, todavia, que a luta contra a Aids não pode parar. Uma batalha vencida não significa que a guerra terminou. Uma batalha vencida quer dizer que devemos dobrar nossos esforços, para que possamos vencer essa duríssima guerra – ressaltou o parlamentar.



Roosevelt Pinheiro

**CONTINUIDADE** Apesar dos avanços, Papaléo adverte que luta contra Aids não pode parar

## Mozarildo lamenta declaração contra preservativos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comentou recente declaração do cardeal colombiano dom Alfonso López Trujillo, presidente do Conselho Pontifício para a Família, órgão do Vaticano, a respeito da ineficácia dos preservativos no controle da transmissão do vírus da Aids por via sexual.

– É lamentável que uma autoridade de uma das mais importantes organizações religiosas mundiais utilize os meios de comunicação a que tem acesso para disseminar dúvidas e causar preocupações absolutamente infundadas no espírito da Humanidade – observou ele.

Enquanto organizações internacionais dedicadas à preservação da saúde buscam a duras penas reduzir os estragos



Roosevelt Pinheiro

**RETROCESSO** Declaração de cardeal colombiano disseminou dúvidas, lamenta Mozarildo

dessa epidemia no mundo, afirmou o senador, “chega a ser perverso” levantar esse tipo de suspeita.

– O preservativo já mostrou, seja no controle da natalidade, seja no controle de outras do-

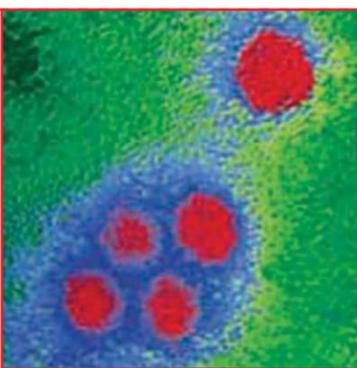
enças sexualmente transmissíveis, que é o mais eficiente e o mais barato sistema de proteção – considerou, creditando ao produto o mérito de proteger “todos quantos têm vida sexual ativa”.

Como médico, Mozarildo sustentou que a afirmação de que o preservativo não consegue impedir a passagem do vírus da Aids por este ser 450 vezes menor do que o espermatozóide, atribuída ao cardeal, contraria todas as comprovações científicas, laboratoriais e a experiência de quem usa o método. Embora reconheça o direito de a Igreja Católica defender seus princípios morais e sua doutrina de reprodução humana, o senador deplorou a atitude de contestar o que, a seu ver, é uma verdade científica.

– Se, por trás das palavras do cardeal está a ideia de que as pessoas irão se abster da prática sexual por não usar preservativo, é jogar com a vida e a morte das pessoas – analisou. Ele classificou como crime contra a humanidade a tentativa de se incutir uma crença de que a “camisinha” é ineficiente, pois isso levaria à prática do sexo sem proteção, em vez de motivar as pessoas a adotarem a abstinência sexual.

Ao registrar que protestava veementemente contra as declarações do religioso, o parlamentar observou que as estatísticas comprovam a retração da Aids, com queda no número de casos e de mortes, após a incorporação do preservativo nos hábitos sexuais da população.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Heráclito Fortes, Paulo Octávio, Alberto Silva, Eurípedes Camargo e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko



**NOME** Vírus da dengue é conhecido como arbovírus, por ser transmitido por mosquito

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 9 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 10 de novembro de 2003

## Só a prevenção pode evitar nova epidemia de dengue

### Existem quatro variedades do vírus da doença

O vírus da dengue é chamado no meio científico de arbovírus, por ser transmitido por mosquito. São conhecidas quatro variedades de vírus: Den 1, 2, 3 e 4. Este último não é encontrado no Brasil. Todos são transmitidos pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti* e podem causar tanto a forma clássica da doença quanto a hemorrágica. Mesmo imune a um dos quatro tipos de dengue, a pessoa pode ser contaminada por um dos outros vírus e contrair novamente a doença.

A fêmea contrai o vírus ao picar uma pessoa infectada. A transmissão para o mosquito pode ocorrer no período em que o vírus circula pelo sangue do enfermo, fase que dura em média seis dias. Um vez infectada, a fêmea sempre será uma propagadora da doença. Durante seu tempo de vida, ela pode contaminar cerca de 300 pessoas.

Após ser infectada, a pessoa leva de três a 15 dias para apresentar os primeiros sintomas. A dengue hemorrágica, mais severa, se manifesta de três a cinco dias depois da dengue comum. A febre reaparece, causando suor e deixando a pele esbranquiçada e as extremidades frias. É possível que haja dor de garganta, queda de pressão e dores no estômago.

Na forma mais grave, o fígado pode ser atingido. Para tratar, recomenda-se a aplicação de soro e plasma. Em certos casos, há necessidade de transfusão de sangue. A dengue não é transmitida pelo contato físico com as pessoas doentes, nem pelo uso comum de objetos ou pela ingestão de água contaminada.

A doença da dengue é um grave problema de saúde no Brasil. De janeiro a setembro deste ano, o Ministério da Saúde registrou 298.135 casos. Apesar da redução de 61% em comparação com o mesmo período do ano passado, ainda assim o país corre o risco de ter nova epidemia de dengue.

Relatório da Secretaria de Vigilância em Saúde, do ministério, revela que 345 municípios estão com índices de infestação

predial superior a 5%. Isso mostra que, a cada 100 residências, cinco tem foco do mosquito transmissor da doença. Em outras 357 cidades a taxa está entre 3% e 4,9%. Para manter a doença sob controle, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o índice não ultrapasse 1%.

A melhor forma de evitar a doença é combater o transmissor – o mosquito *Aedes aegypti* –, o mesmo da febre amarela. Por isso, em sua nona edição, o

Especial Cidadania traz informações importantes sobre a doença, seu transmissor e como impedir a reprodução.

A prevenção do dengue começa com a eliminação dos locais que podem servir de criadouros para o mosquito. Em 90% dos casos, o foco está nas residências. Além de cuidar de sua casa, procure a Secretaria de Saúde do seu município para denunciar locais públicos em que o mosquito pode ser encontrado.

### Como impedir que o mosquito se reproduza dentro de casa

- Evite acumular entulho e lixo.** Feche bem o saco de lixo e mantenha a lixeira tampada.
- Escorra a água de pratinhos de vasos de plantas ou de xaxins e coloque areia.**
- Limpe regularmente a caixa d'água e mantenha-a tampada.**
- Entregue pneus velhos aos serviços de limpeza urbana.** Se for usá-los, mantenha-o em local fechado.
- Lave regularmente com bucha e sabão o vasilhame para água de animais domésticos.**
- Feche a tampa do vaso sanitário.** Em banheiros pouco usados, dê descarga uma vez por semana.
- Evite o acúmulo de água em ralos de cozinha, banheiro, sauna e duchas.** Se não utilizar esses locais, deixe-os fechados.
- Mantenha sempre limpos lagos, cascatas, espelhos d'água decorativos.** Criar peixes nesses locais é uma opção, pois eles se alimentam das larvas. Ou mantenha a água tratada com cloro. Se a água for retirada, encha-os com areia.
- Trate a água da piscina com cloro.** Limpe-a uma vez por semana. Se não for usá-la, cubra-a bem. Se estiver vazia, coloque 1kg de sal no ponto mais raso.
- Verifique se as calhas não estão entupidas.** Remova tudo o que estiver impedindo o escoamento da água. Cuidado com a água acumulada em lajes.
- Regue as bromélias ou outras plantas que acumulem água com uma mistura de uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água.**
- Cacos de vidro nos muros podem acumular água.** Encha-os com areia.
- Guarde, com a boca para baixo, garrafas de vidro ou pet, baldes, vasos de plantas e outros objetos que possam reter água.**

### Resistência do *Aedes* facilita a proliferação

O mosquito *Aedes aegypti* é encontrado, principalmente, em ambientes urbanos. Ele se diferencia de um pernilongo comum por sua cor escura e pelas listras brancas pelo corpo e patas. Seu ciclo de vida compreende quatro fases: ovo, larva, pupa e adulto alado. Por não resistir a baixas temperaturas nem a altitudes, o mosquito é encontrado em regiões com clima tropical e subtropical. Vive entre 30 e 45 dias e alimenta-se da seiva das plantas.

Quem pica o ser humano é a fêmea. Depois do acasalamento, ela sai em busca de sangue para maturar os ovos. Em locais com acúmulo de água limpa, coloca entre 150 e 200 ovos de cada vez, e, em seguida, os ovos eclodem e dão origem às larvas. Agora, mesmo sem contato com a água, eles sobrevivem por até um ano.

Essa resistência é a principal razão da proliferação do inseto ao redor do mundo. No Brasil, o *Aedes aegypti* chegou à metade do século XIX por meio das embarcações marítimas. Atualmente, mais de 100 países em todos os continentes registram a presença do mosquito e casos da doença.

O combate ao *Aedes* pelo poder público é feito por agentes sanitários que visitam as residências orientando os moradores e detectando focos, pela utilização de larvicidas, para matar as larvas, e por inseticidas, espalhados pelas máquinas do fumacê. Os larvicidas são colocados onde há água parada. Já os inseticidas matam os insetos adultos enquanto estão voando, e são aplicados quando há alta infestação do inseto na área.

Para especialistas, a melhor forma de enfrentar o *Aedes* é na fase larval, pois o mosquito tem apresentado resistência a alguns inseticidas. A erradicação é tida como impossível. Por isso, deve-se controlar ao máximo sua presença, impedindo a reprodução.

Ao perceber focos do mosquito, procure a Secretaria Municipal de Saúde. A responsabilidade pela execução das ações de combate à dengue é dos governos municipais, complementada pelos estaduais.

### Sintomas se parecem com os da gripe

O sintomas de dengue se parecem com o de uma forte gripe. Dor de cabeça, principalmente na região dos olhos, cansaço, dor nos músculos e nas articulações e febre alta. Também podem surgir manchas vermelhas na pele, náuseas e falta de apetite. Em sua forma mais grave, a tipo hemorrágica, apresenta sangramentos. Como o nome diz,

pode ocorrer hemorragia pela gengiva, pele e intestino, podendo levar o doente à morte.

Não há um tratamento específico para o combate à doença, seja em sua forma mais branda ou na hemorrágica. Os sintomas dever ser tratados, por isso, procure assistência médica ao primeiro sinal da doença. A pessoa com dengue precisa repousar e ingerir bas-

tante líquido, de preferência água, chás e sucos naturais. Ainda não foi desenvolvida uma vacina eficaz para o mal.

A ingestão de remédios sem orientação médica é perigosa. O ácido acetilsalicílico, presente em diversos remédios populares, que são usados contra dor de cabeça e gripe, pode provocar hemorragia, agravando o estado do paciente.



**PERIGO** Apenas a fêmea do mosquito transmite ao homem o vírus causador da dengue

### Informações úteis

**Disque-Saúde**  
Ministério da Saúde  
0800 61-1997  
Tel: (61) 315-2520  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

**Fundação Nacional de Saúde (Funasa)**  
Tel: (61) 314-6363  
[www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

**Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**  
Tel: (21) 2598-4242  
[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)